



**Vitorino Tavares da Silva Neto**

**A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS  
MUNICÍPIOS RECÉM EMANCIPADOS: CASO DE JOÃO COSTA/PI**

**Fortaleza: janeiro de 2014**

**Vitorino Tavares da Silva Neto**

**A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA OS  
MUNICÍPIOS RECÉM EMANCIPADOS: CASO DE JOÃO COSTA/PI**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Economia- MPE/CAEN, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

**Fortaleza: janeiro de 2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S1i SILVA NETO, VITORINO TAVARES DA.  
A IMPORTANCIA DOS INVESTIMENTOS PUBLICOS PARA OS MUNICIPIIS RECEM-  
EMANCIPADOS : CASO DE JOÃO COSTA/PI / VITORINO TAVARES DA SILVA NETO. – 2014.  
53 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,  
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2014.  
Orientação: Prof. Dr. PAULO DE MELO JORGE NETO.

1. POBREZA, EMANCIPAÇÃO POLITICA, INVESTIMENTO PUBLICO. 2. DESENVOLVIMENTO.  
I. Título.

CDD 330

---

# **A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PARA Os MUNICÍPIOS RECÉM-EMANCIPADOS: CASO DE JOÃO COSTA/PI**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Economia- MPE/CAEN, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

Orientador

---

Prof. Dr. Nicolino Trompieri Neto - UFC

Membro

---

Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro – Externo.

Membro

Dedico em primeiro lugar a Deus.

Aos Meus Pais – Jonas Tavares e  
Alaíde Gomes

A Minha Esposa Luciana, aos Meus  
Filhos Jonas, Rosa, Vitória e Felipe

Ao Povo de João Costa – PI.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Paulo de Melo Jorge Neto pelo apoio e disposição em atender-me sempre de forma solícita e respeitosa.

## RESUMO

A pobreza de algumas regiões do Brasil, a exemplo da Nordeste, tem como uma de suas prováveis variáveis explicativas os poucos ou precários investimentos do setor público em todas suas esferas. Uma das políticas que possivelmente procuram corrigir essa distorção reside no contexto da emancipação política dos municípios, que segundo o discurso propagado pela classe política aproxima o poder público na intervenção das demandas sociais, por exemplo. A explicação clássica é que a grande extensão territorial dos municípios dificulta a resolutividade no combate a essas problemáticas. Partindo dessa hipótese estipulou-se como objetivo desse estudo verificar a importância dos gastos públicos nos municípios recém-emancipados, tendo como foco a cidade de João Costa situada no sertão do Estado do Piauí. Como metodologia para esse estudo se utiliza a pesquisa bibliográfica, consultando as estatísticas de cunho social e econômico do município antes e depois do processo de emancipação política. Conclui-se que o processo de emancipação política provocou a amplitude dos investimentos públicos na região, contribuindo para o desenvolvimento da população do município dando acesso aos básicos sociais, porém, ainda constatou-se uma forte dependência da dinâmica econômica local do setor público municipal.

**Palavras-chave:** Pobreza. Emancipação Política. Investimento Público. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

The poverty of some areas of Brazil, like the northeast, has as one of its likely explanatory variables and the few poor investments in public sector in all its spheres. One of the policies that seek to possibly correct this distortion lies in the context of the political emancipation of municipalities, which the discourse propagated by the political class brings the government intervention in social demands, for example. The classic explanation is that the large territory of the municipalities hinders the resolution in combating these problems. From this hypothesis it was stipulated aim of this study verify the importance of public investment in municipalities newly emancipated, focusing on the city of João Costa located in the hinterland of the state of Piauí. As a methodology for this study using the literature search, consulting the statistics of social and economic context before and after the process of political emancipation. We conclude that the process of political emancipation provoked the scale of public investments in the region, contributing to the development of the city population by providing access to basic social, but still it was found a strong dependence on the economic dynamics of the local district public sector.

**Keywords:** poverty; Emancipation Policy, Public Investment, Development.

## LISTA DE SIGLAS

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico

FPE – Fundo de Participação Estadual.

FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

FPE – Fundo de Participação Estadual.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras.

IPI-EXP – Imposto sobre Produto Industrializado – Exportação.

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 SETOR PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Os Investimentos Públicos.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Emancipação Política e os Investimentos Públicos Municipais....</b>	<b>16</b>
<b>2 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA E OS GASTOS PÚBLICOS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Caracterização do Município.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Comparativo do PIB entre João Costa e São João do Piauí.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 Os Recursos Públicos Pós Emancipação: Comparativo entre João Costa e o Município Sede São João do Piauí.....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 Análise do Desempenho dos Gastos Públicos no Município de João Costa.....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento econômico é um dos objetivos da política macroeconômica. O Brasil ao longo de sua história enumerou diversas tentativas para chegar a esse estágio social, contudo, muitas dessas políticas resultaram em fracasso, criando uma massa falida, ampliando o processo de exclusão social típicos de países pobres e emergentes.

As regiões brasileiras onde se podem verificar de modo mais saliente as consequências dos equívocos das políticas econômicas adotadas na história do país são a Norte e a Nordeste. A primeira região apresenta grande extensão territorial e pouco povoamento e a segunda é assolada por problemas naturais, como a seca e pela falta de investimentos públicos, por exemplo. Na maior parte da história econômica do país essas regiões foram referência de pobreza e subdesenvolvimento.

As discussões sobre as causas que provocam ou ainda perpetuam esse fenômeno habitam em explicações de cunho cultural, social, político e econômico, por exemplo, demandando a atenção de variáveis múltiplas e consolidando debates teóricos sobre quais modelos econômicos impulsionam o crescimento da riqueza.

A dimensão continental do país é também uma das explicações utilizadas por muitos estudiosos para consolidar o estado de pobreza de uma parcela importante da população. Partindo desse cenário muitos políticos defendem o processo de emancipação de Estados, povoados ou distritos que apresentam as características legais para sua consecução.

A hipótese estabelecida é que a emancipação política dessas regiões aproximariam os investimentos públicos dessa mesma população, contribuindo para o desenvolvimento econômico do ente. Dentro dessa perspectiva estudos como o de Magalhães (2003, p. 2) citando estudos de Serra e Afonso (1991) e Afonso (1996) assinalando:

Uma consequência destacada da descentralização e do federalismo municipal tem sido o crescimento dos recursos fiscais, tanto em termos absolutos quanto em relação ao PIB, disponíveis aos municípios em relação aos recursos disponíveis aos estados e União. Esse crescimento vem ocorrendo desde a segunda metade da década de 1960. Estimativas elaboradas por Serra e Afonso (1991) e Afonso (1996) mostram que a receita disponível dos municípios, em relação à União, foi multiplicada por um fator próximo a três, entre 1960 e 1996. Esses autores também mostram que esse aumento não foi, entretanto, igualmente distribuído, pois o crescimento das receitas municipais em relação às dos estados foi ainda maior.

A emancipação política transforma as regiões que antes não apresentavam autonomia, pois estavam vinculadas politicamente a outro município, em distritos emancipados, com gestão própria e autonomia política, ou seja, são elevados a categoria de municípios.

Estudos anteriores observam os motivos que explicam a ocorrência das emancipações políticas dentre os quais o de Bremaeker (1993), que realizou uma pesquisa mediante o envio de questionários abertos aos prefeitos dos novos municípios em 1992. Ele obteve 72 respostas, que representavam uma amostra de 12,4% do total. Listaram-se a seguir as principais alegações dos novos prefeitos, com seus respectivos percentuais:

- 54,2%: descaso por parte da administração do município de origem;
- 23,6%: existência de forte atividade econômica local;
- 20,8%: grande extensão territorial do município de origem; e
- 1,4%: aumento da população local.

Partindo desse contexto tem-se como objetivo desse estudo verificar e discutir esse processo de emancipação política e sua contribuição para o desenvolvimento econômico através da avaliação do desempenho dos gastos públicos, tendo como referência analítica um município do sertão piauiense João Costa, que antes de sua emancipação ocorria como distrito do município de São João do Piauí. No estado do Piauí entre 1991 a 2000 foram emancipados mais de 80 distritos (ver anexo 1).

A partir dessa verificação tenta-se observar que contribuições importantes essa emancipação provocou no contexto do desenvolvimento econômico dessa mesma população, salientando a relevância dos gastos públicos para esse contexto. O recorte para essa verificação vai da data de emancipação de João Costa<sup>1</sup> no ano de 1995 a 2010, data do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo, ora dimensionado, apresenta a seguinte questão norteadora: Qual a importância dos investimentos públicos para o desenvolvimento econômico dos municípios recém emancipados?

Assim, se estabelece o seguinte modelo descritivo:

$$\text{Desenvolvimento Econômico (Y)} = \text{Emancipação (X}_1\text{)}$$

A hipótese do estudo é que a autonomia política provocaria uma aproximação dos investimentos públicos nas demandas sociais, como educação e saúde, por exemplo, funcionando como um facilitador na busca do desenvolvimento econômico em regiões

---

<sup>1</sup> Lei Estadual nº 4810, de 14-12-1995.

pobres, pouco atrativas para os investimentos privados, assim denotados pelos estudos anteriores.

Esse estudo é importante pois discute uma linha de desenvolvimento econômico, bastante difundida na teoria econômica que se refere ao papel do Estado na economia, portanto, demandando avaliação, discussão e debate no âmbito do Estado democrático e de direito.

Como metodologia para a elaboração desse estudo se utiliza uma revisão de literatura discutindo a importância dos investimentos públicos para o desenvolvimento econômico, como também se apresenta estatísticas descritivas sobre a evolução dos gastos públicos para o *locu* (municípios de João Costa e São João do Piauí) e seus resultados na qualidade de vida de sua população.

O processo analítico resulta na observação dos avanços sociais ocorridos na região em estudo, salientando pressupostos quantitativos, tendo como variáveis de observação o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, e os recursos públicos (transferências constitucionais) advindos para ambos os municípios em termos relativos. Desse modo se estabelece um quadro comparativo destacando João Costa na permanência de Distrito de São João, como também o município de João Costa no cenário da emancipação.

Como instrumento da avaliação do desempenho dos gastos públicos em João Costa utiliza-se como parâmetro a repercussão em dados como educação, serviços de saúde, abastecimento de água, quantidades de banheiros por domicílio e o próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Nesse sentido divide-se o estudo em dois capítulos. O primeiro trata da importância dos gastos do setor público para a realização de investimentos e sua repercussão no desenvolvimento econômico. O segundo apresenta os investimentos efetuados no município de João Costa e sua relação com as demandas da população, tendo como parâmetro o município de São João do Piauí. Após a conclusão desses capítulos apontam-se as considerações finais.

## 1 SETOR PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A discussão sobre a intervenção estatal na economia é um debate caloroso e antigo. De um lado encontram-se os liberais que defendem a auto regulação dos mercados e apontam funções pontuais para o Estado. Numa outra perspectiva estão os intervencionistas que primam pela interferência do Estado na economia. O objetivo desse capítulo não é travar um desnecessário embate político sobre a eficiência de modelos ou comportamento políticos, mas apresentar a importância dos investimentos para a sociedade, tendo como foco específico o ambiente do setor público.

Acima dessa discussão, no entanto, encontra-se a importância dos investimentos, pautados nos gastos públicos, para economia. Os investimentos provocam a ampliação dos empregos, do consumo e da renda, gerando o crescimento econômico e o provável desenvolvimento para a região de sua ocorrência. Realizados pelo Estado ou iniciativa privada, os investimentos assumem papel relevante em qualquer linha teórica ou discursiva dos modelos de crescimento econômico.

O objetivo desse capítulo é mostrar a importância dos investimentos, através dos gastos públicos para as regiões mais pobres, nesse caso, pouco atrativas para os investimentos da iniciativa privada. A presença do Estado em localidades onde existe pouco atrativo para o setor privado, provavelmente, não resta outra possibilidade de investimento se não o realizado pelo Estado.

No Brasil na maior parte se sua história observou-se que o enredo da política macroeconômica não provocou um crescimento e desenvolvimento econômico homogêneo. A política desenvolvimentista iniciada na segunda metade do século XX trouxe poucas transformações para as regiões mais pobres, a exemplo do próprio Nordeste que ostenta ainda na atualidade os piores índices de desenvolvimento humano do país, além de um Produto Interno Bruto bem inferior se comparado às demais regiões do Centro-sul do Brasil.

## 1.1 Os Investimentos Públicos

Os investimentos públicos são definidos como aplicações de capital totalmente detido pelo estado, e, cujo objetivo principal é a melhoria de vida das pessoas não tendo como "meta" o lucro (ALMEIDA, 2007).

Os investimentos públicos apresentam algumas classificações, a saber:

- 1) A fundo perdido que é um investimento realizado sem expectativa de retorno de montante investido. Esse tipo de investimento é realizado geralmente pelo Estado no sentido de melhorar as condições de existência de setores de baixa renda, como a construção de moradias populares, saneamento básico, ou mesmo realizações de obras de infraestrutura como estradas, que estimulam os investimentos privados através da oferta de um produto ou serviço antes inexistente.
- 2) O investimento autônomo não está relacionado com alterações de níveis de renda. Os investimentos públicos, os investimentos que acontecem em função de avanços tecnológicos, ou aqueles que se realizam sem expectativa de obtenção de uma taxa média de lucro, ou mesmo são realizados a fundo perdido, são considerados investimentos autônomos
- 3) O investimento induzido são os investimentos destinados a atender à demanda gerada pelo aumento da renda, pois é realizado em decorrência de um aumento da mesma. Há uma relação entre renda e investimento, o aumento da capacidade de consumo de uma economia incentiva os investimentos e o aumento da renda induz a elevação do consumo e o incremento da capacidade de produção.
- 4) O investimento governamental estrangeiro é realizado geralmente por razões políticas, diplomáticas ou militares, independentemente de possíveis rendimentos econômicos, mas pode ter a função de equilibrar, em longo prazo, o balanço de pagamentos do país de origem. Para o país receptor, o investimento estrangeiro pode ser um meio de estimular o crescimento econômico quando o nível de poupança interna for insuficiente para atender às necessidades potenciais de investimento, embora isso geralmente acentue o grau de dependência econômica e política do país anfitrião em relação aos países exportadores de capital.

Conforme Biasoto Jr. e Afonso (2007) sob uma perspectiva histórica, a questão do investimento público no Brasil quase se confunde com a identificação das funções do Estado na economia brasileira. Durante décadas, a expectativa entre diversas forças políticas por um Estado forte, condutor do processo de desenvolvimento econômico, desdobrou-se automaticamente na presença de instituições de natureza estatal no campo da produção de bens e serviços, embora travestidas em formas do direito privado.

A crise dos anos 1980 deu lugar a dois eventos de grande impacto, considerando o modo de funcionamento da economia das décadas anteriores. De um lado, a falência da estrutura de financiamento do setor público desordenou a capacidade do Estado em ser um elemento ativo na dinâmica do processo econômico. Ao contrário, os setores com predominância de empresas estatais passaram a enfrentar problemas de suprimento corrente de bens e serviços, e o financiamento foi travado ou praticamente desapareceu.

Os movimentos de abertura comercial dos anos 1980 (via exportações lastreadas na desvalorização cambial) e 1990 (redução de tarifas e barreiras institucionais) produziram a emergência de espaços para investimentos que, embora fragmentados em comparação ao mercado interno anteriormente organizado, representavam oportunidades para diversos agentes econômicos. Com isso, a dinâmica da economia e os motores da expansão da capacidade produtiva e da produção ganharam graus de liberdade, em magnitude expressiva, comparando-se com as décadas anteriores, nas quais havia predominância da intervenção estatal no comando do ritmo do processo econômico (op. Cit.).

Na gênese desse novo século presencia justamente o choque entre duas formas de articulação econômica. De um lado, a dependência da ação estatal em determinados segmentos em que a transição para o empreendimento realizado pelo setor privado encontrou obstáculos ou não se completou adequadamente. De outro, um novo tipo de heterogeneidade da estrutura produtiva privada, mais referida ao resto do mundo, mais internacionalizada, mas nem por isso isenta da realidade de uma economia nacional, especialmente no que toca à infraestrutura econômica (op. Cit.).

O trato excessivamente ideológico deu à questão uma roupagem que impede que as soluções sejam encaminhadas de forma mais ousada e pragmática. Alguns tentam transformar essa discussão em um segundo *round* da velha disjuntiva entre inflação e crescimento. Seria como se o país estivesse fadado à estagnação para manter o equilíbrio fiscal ou como se pudesse desprezar o equilíbrio, conquistado a duras penas, para possibilitar a expansão, tão

desejada, do produto a um ritmo minimamente satisfatório, puxado pelo velho Estado (op. Cit.).

O primeiro passo para uma discussão efetiva sobre investimento público em regiões pauperizadas, para tanto, é questionar o papel do investimento público na dinâmica do crescimento e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico e a busca pela independência econômica dessas populações.

É mister salientar que regiões onde não existem possibilidades lucrativas para o capital, geralmente são desprezadas pelos investimentos privados. Isso ocorre porque conforme Biasoto Jr. e Afonso (2007), a decisão de investir envolve uma série de condicionantes para sua realização. Em primeiro lugar, o empreendedor avalia as receitas derivadas do investimento em um horizonte de pelo menos cinco anos.

Evidentemente, as condições da própria economia são fundamentais para que o investidor consiga formular hipóteses minimamente confiáveis sobre suas receitas futuras.

Do lado dos custos de produção, ocorre o mesmo. Itens fundamentais na estrutura de custos, como energia, água e transportes, pesam muito na definição da rentabilidade dos investimentos e, portanto, da viabilidade. Logicamente, essa decisão pertence ao mundo das mercadorias em geral, mas guarda enorme relação com o âmbito das finanças. Importam as condições esperadas de evolução da posse de ativos financeiros, o que pode ser sintetizado pela taxa de juros. Importam, também, as expectativas sobre a evolução do câmbio, tanto por causa do efeito sobre custos e preços em mercados externos como por razões financeiras (BIASOTO JR. e AFONSO, 2007).

Nesse sentido fica para os investimentos públicos tornar primeiramente esses locais com condições dignas de vida para seus habitantes e criar possibilidades de demanda para a região, para num segundo momento torná-lo atrativo para o capital.

## **1.2 Emancipação Política e os Investimentos Públicos Municipais**

O desmembramento dos municípios segue a evolução dos fenômenos socioeconômicos e políticos. Povoados e distritos podem ser incorporados a municípios que se tornam pólos atrativos, num determinado momento histórico.

Estes municípios podem, em outro momento, ser desmembrados ou reincorporados a outros municípios. Em alguns casos, os distritos ganham autonomia, são elevados à categoria de municípios para depois serem incorporados por outros municípios, como novos distritos.

Situação 1: O núcleo urbano B é desmembrado do distrito A e elevado à condição de distrito do município 1.



Situação 2: O distrito A é transferido do município 1 para o município 2.



Situação 3: O distrito A é emancipado do município 1 e elevado à condição de município.



Situação 4: O município A é extinto e incorporado ao município 1, como distrito. É o caso do município de Santo Amaro, desmembrado de São Paulo em 1832 e reincorporado em 1935.



Situação 5: o novo município é criado através da incorporação de distritos (A e B) de mais de um município. É o caso de Holambra/SP, que foi formado por distritos de Artur Nogueira, Jaguariuna, Santo Antônio de Posse e Cosmópolis.

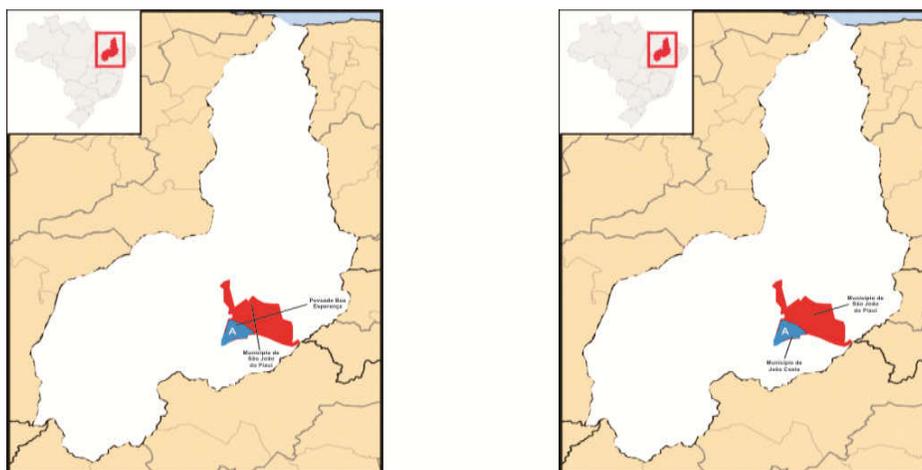


Fonte: [http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1902&Itemid=178](http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1902&Itemid=178)

Assiste-se, nos últimos anos, a um movimento crescente de criação de novos municípios no Brasil. Aparentemente uma questão político-administrativa apenas, a criação de um novo município acarreta não somente uma transformação em nível da gestão local, mas uma série de implicações de caráter político, econômico, sócio-cultural (SCUSSEL, 1998).

No caso do atual município de João Costa ocorreu a situação 3, ou seja, o distrito de João Costa foi elevado à categoria de município desmembrando-se do município de São João do Piauí, como assinalado na figura 1 abaixo:

**Figura 1** – Cenário da Emancipação Política do município de João Costa



Fonte: Fundação CEPRO, 2014.

Nesse sentido, verifica-se que têm sido elaborados trabalhos e estudos setoriais, particularmente no que se refere a aspectos jurídicos administrativos e ao desempenho econômico dos novos municípios. No entanto, a instância espacial inerente à gestão desses novos municípios, não vem sendo igualmente abordada (SCUSSEL, 1998).

Ao analisar diferentes processos emancipatórios, assim como o discurso daqueles que defendem a autonomia de novos núcleos urbanos, observa-se que a tônica dos mesmos é o fato de que, enquanto distritos, essas comunidades se vêm tolhidas em seu desenvolvimento, e que mesmo os recursos neles gerados são carreados às sedes municipais, não havendo retorno correspondente em obras e melhoramentos. Tal argumentação vem corroborar a hipótese já apontada por Hessel (1976, p.128):

A principal causa de emancipações municipais vem da inadequação do modelo político administrativo local brasileiro às condições e realidade do interior do Brasil. O modelo usado permite um tratamento desigual a diversos núcleos populacionais interioranos. Se um núcleo é sede municipal, dispõe, ou pode dispor, com facilidade, de muitos serviços e bens sociais que, na prática, não existem ou são de difícil obtenção por parte dos núcleos não sedes municipais [...].

Por outro lado, é inegável que permeia esse processo uma questão política e econômica muito mais ampla, que remete à discussão do municipalismo, ao embate descentralização versus centralização, à gestão do poder local, entre outras.

A descentralização consiste no conceito de aproximação do setor público junto aos centros populacionais fragmentados, como o efetuado pelo processo de emancipação política. A centralização sugere que o setor público centraliza-se, concentre força política.

O padrão de acumulação levado a efeito no Brasil, altamente concentrador e centralizador, resultou na concentração em alguns pontos do território nacional, com a formação de metrópoles e grandes cidades. Mesmo assim, o sistema urbano brasileiro é considerado por Faria (1978), como razoavelmente "equilibrado" em termos de distribuição espacial, com um número significativo de médias e pequenas cidades.

Pensando na simultaneidade dos múltiplos processos de que se constrói o real, percebe-se que, longe de ser parcela insignificante na totalidade nacional, a emergência de cidades dessa ordem pode representar, em maior ou menor grau, importante elo na organização geral do processo produtivo e, em particular, na ordenação físico-territorial. (SCUSSEL, 1998)

A redefinição do papel do Estado, em seus diferentes níveis de organização, determina o maior ou menor grau de autonomia do poder político local, na mesma medida em que se efetiva a descentralização de suas funções.

A política de descentralização, tão propalada como decorrência da Constituição de 1988, tem implicadas várias questões subjacentes, mas, principalmente, o enfrentamento do

repassa de atribuições da esfera mais ampla para os municípios versus a quantidade de recursos a eles transferidos.

Ao se verificar em que medida a corrente municipalização de serviços se faz acompanhar de efetivo poder de decisão no âmbito da gestão local, vale lembrar Carrion (1993, p.290), para quem a descentralização pode se constituir em alternativa conservadora à crise, servindo, antes do mais, para desonerar o governo central de parte de suas incumbências e, também, para criar novas oportunidades de investimento para o capital, nesta fase de reestruturação do capitalismo em escala mundial.

A despeito disso, ela pode tornar-se, noutro contexto, elemento-chave para a democratização do Estado porque cria, virtualmente, condições para o exercício democrático do poder, para o estabelecimento de mecanismos institucionais capazes de articular amplamente a sociedade local nas decisões importantes, tais como definição de prioridades e alocação de recursos. (SCUSSEL, 1998)

Para Davidovich (1992), a descentralização como instrumento de democratização e sua vinculação à possibilidade de participação popular traz igualmente alguns questionamentos, a começar pela capacidade da máquina administrativa municipal em absorver, de imediato, suas novas atribuições. Nesse sentido, supõe que estarão mais bem habilitados aqueles municípios de base econômica e financeira mais consolidadas, pela sua inserção privilegiada no sistema urbano nacional.

A conquista da real autonomia do poder local tem sido a bandeira de luta dos municipalistas. É interessante lembrar, aliás, que o municipalismo, enquanto construção ideológica tem estado presente no cenário nacional desde o Segundo Reinado. Melo (1993), analisa essa trajetória, atribuindo à ambigüidade do conceito sua permanência e renovação.

A questão ideológica do municipalismo e autonomia do poder local - que tomou novo ímpeto a partir da Constituição de 1988 - assume, no caso do emancipacionismo, um contorno muito particular: não se trata de reivindicar mais ou maiores poderes, competências e recursos aos municípios existentes, mas sim, de atribuí-los a novas unidades federativas.

Ainda que forma particular e específica do municipalismo, o emancipacionismo poderia ser associado à utilização daquele como estratégia de uma tentativa de fixação da população em pequenas cidades, contendo o êxodo rural. Esse (não) movimento teria repercussões no âmbito do sistema urbano nacional, redesenhando relações (SCUSSEL, 1998).

Nesse ínterim, a descentralização política surge como movimento redentor das forças e vontades locais; essa providência, quando bem executada, surge como um contrapeso ao processo de contínua concentração de renda, do Estado e do país, porque é capaz de motivar a sociedade em busca de um desenvolvimento fundado nas matrizes históricas de suas respectivas culturas (KLERING, 1992, p.10).

Essa assertiva contém alguns dos principais argumentos em prol da emancipação municipal:

1) O movimento redentor das matrizes históricas de suas respectivas culturas situa-se no plano simbólico das noções de tradição e comunidade local, apontadas por Daniel (1988), como fator determinante da gênese de municípios;

2) a emancipação corresponde a uma resposta ao poder centralizador e concentrador do Estado;

3) máquinas administrativas "enxutas" são mais eficientes: a providência bem executada. Mello (1992), menciona, além do principal argumento da carência de serviços urbanos, a existência de uma razão oposta a essa: certos distritos estariam de tal modo equipados que já não se justificaria sua subordinação ao município-mãe.

Um motivo bastante alegado pelos emancipacionistas é a "exploração do distrito pela sede", na medida em que aquele recolhe tributos, mas não recebe equivalente retorno em investimentos locais. Tal postura é vista por Mesquita (1992), como um desvirtuamento da territorialidade; seria o uso político do território por grupos dominantes que ambicionam o poder.

O fato de que as elites locais, mediante a disseminação da noção de cultura/comunidade local junto à população, e acenando com a possibilidade de atendimento às suas necessidades, consigam constituir-se em uma nova unidade de poder político local (Daniel, 1988), é, na verdade, o grande argumento dos que se posicionam contrariamente aos movimentos. Comparar com o perfil do sistema urbano brasileiro traçado por Faria (1978).

Emancipatórios: a população estaria sendo utilizada para fins político eleitoreiros. Outro ponto levantado no sentido contrário às emancipações é o crescimento dos gastos públicos, com o legislativo, com a instalação de um novo município, assim como a perda de recursos provenientes de tributos a serem partilhados pelos demais municípios (MELLO, 1992). O mesmo autor devolve a controvérsia à questão do modelo político-administrativo brasileiro apontada por Hessel (1976), e ao grau de autonomia efetivamente conferido aos

municípios, ao referenciar a situação do Brasil à de outros países: enquanto nos Estados Unidos há uma forte autonomia local, países como França, Itália e Espanha apresentam grande número de municípios, proporcionalmente maior que no Brasil, comparados população e território, mas submetidos a um grande controle do governo central.

Destaque-se, ainda, a abordagem feita por Mesquita (1992), dos movimentos emancipatórios enquanto movimentos sociais. Distinguir-se-iam por duas características: a não explicitação de todos os interesses envolvidos no movimento, dando margem ao que chamou de uso político do território; a reivindicação de autonomia (governo local) para realizar suas demandas, e não simplesmente a satisfação das mesmas.

Diante desse contexto, a questão principal que se coloca neste trabalho é: a emancipação tem propiciado a elevação da "qualidade de vida" - traduzida em grande parte na oferta de serviços, equipamentos e infra-estrutura urbana das populações das novas cidades, ou é apenas uma face do processo de reorganização do poder político e econômico que permite viabilizar a atividade produtiva?

A partir da temática abrangente da criação de novos municípios, em que núcleos urbanos até então caracterizados como distritos ou povoados assumem a condição de sedes municipais, com toda a gama de implicações que essa transformação acarreta.

A importância do reconhecimento dos elementos físicos, que traduzem a oferta de infra-estrutura, equipamentos e serviços e das formas de articulação que se estabelecem para responder a tais demandas como componentes indissociáveis e conformadores da estrutura urbana de uma cidade, é evidente. Sobretudo quando se observa que esses elementos conferem atributos de qualificação ao espaço urbano, modificando o cotidiano das pessoas que nele vivem.

E a relevância da busca a essa qualificação pode ser registrada conforme Viviescas (1988, p.62):

O aparecimento da qualidade espacial como um elemento articulador da reivindicação da vida cidadina não é um fato aleatório; ao contrário, é absolutamente lógico dentro de uma perspectiva histórica por ser a instância que se identifica com o desempenho citadino. O homem enquanto ser social é essencialmente espacial e nesse sentido pode-se dizer que ele é enquanto está e que depende fundamentalmente de como está. O nível qualificador da existência está diretamente ligado à Instância espacial.

Diante do exposto busca-se apresentar o comportamento dos recursos públicos e dos investimentos no município de João Costa no estado do Piauí, avaliando a repercussão do processo de emancipação política para esse município.

## 2 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO COSTA E OS GASTOS PÚBLICOS

### 2.1 Caracterização do Município

Com 3.315 habitantes conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), e uma densidade demográfica de 1,7 hab/km<sup>2</sup>, onde 85% das pessoas estão na zona rural, mesmo para os padrões piauienses essa cidade é considerada de pequeno porte.

O município está localizado na microrregião de Alto Médio Canindé compreendendo uma área de 1870,68 km<sup>2</sup>, tendo como limite o município de São João do Piauí ao norte, ao sul com Coronel José Dias e São Raimundo Nonato, a leste com Dom Inocêncio e São João do Piauí e, a oeste com Brejo do Piauí. Ver mapa 1 abaixo:

**Mapa 1** – Município de João Costa



**Fonte:** Prefeitura de João Costa, 2013.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 08°30'39" de latitude sul e 42°24'49" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 491 km de Teresina.

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos sites do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e do Governo do Estado do Piauí ([www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)). O município foi criado pela Lei Estadual nº 4.810 de 14/12/1995, sendo desmembrado do município de São João do Piauí.

Com relação à educação, 58,3% da população acima de 10 anos de idade são alfabetizadas. A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Eletrobrás, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, atualmente OI, posto de saúde e escolas de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de feijão, algodão, mandioca e milho.

As condições climáticas do município de João Costa (com altitude da sede a 300 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 18°C e máximas de 36°C, com clima semi-árido, quente e seco.

A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais em torno de 500 mm e trimestres janeiro-fevereiro-março e dezembro-janeiro-fevereiro como os mais chuvosos. Apresenta elevada deficiência hídrica (IBGE, 2010). Os solos da região, em grande parte provenientes da alteração de arenitos, siltitos, conglomerados e folhelhos, são rasos ou pouco espessos, jovens, às vezes pedregosos, ainda com influência do material subjacente.

Dentre os solos regionais predominam latossolos álicos e distróficos de textura média a argilosa, presença de misturas de vegetais, fase caatinga hipoxerófila (grameal) e/ou caatinga/cerrado caducifólio.

Secundariamente, solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais, floresta subcaducifólia/caatinga, além de areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado subcaducifólio/floresta sub-caducifólia (JACOMINE *et al.*, 1986).

Os grandes traços do modelado nordestino atual devem-se a processos morfogenéticos subatuais, com ênfase para as condições áridas dominantes desde o Neógeno ao Quaternário, em toda sua evolução geomorfológica - biogeográfica.

As formas de relevo, na região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e

altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros (JACOMINE *et al.*, 1986).

## 2.2 Comparativo do PIB entre João Costa e São João do Piauí

O comparativo do desempenho do PIB entre os municípios de João Costa e São João do Piauí tem a finalidade de perceber a relação da emancipação política de João Costa e a relação da criação de setor público municipal independente, na dinâmica econômica do município.

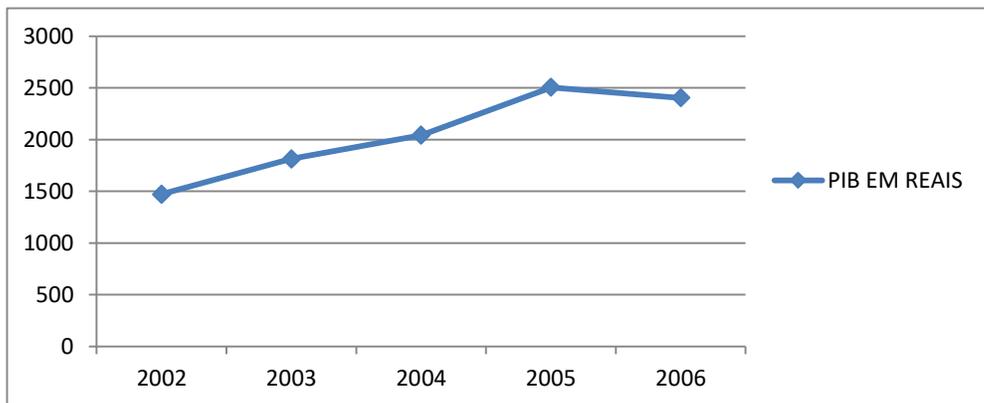
O quadro 1 a seguir observa o desempenho do PIB do município de João Costa entre os anos de 2002 a 2006.

**Quadro 1:** PIB de João Costa de 2002 a 2006

Em Reais (R\$)	2002	2003	2004	2005	2006
<b>A. PIB (b+c+d+e)</b>	4.538,42	5.635,49	6.397,69	7.905,13	7.645,23
b. Agropecuária	1.435,66	1.871,23	1.915,00	2.768,30	2.306,62
c. Indústria	242,59	274,62	386,58	407,30	462,86
d. Impostos	72,22	76,69	106,15	107,22	146,81
e. Serviços (+f)	2.787,95	3.412,96	3.989,96	4.622,31	4.728,94
f. Administração Pública	2.066,76	2.615,31	2.941,09	3.372,86	3.540,49
g. Pib <i>per capita</i>	1.470,65	1.812,05	2.041,38	2.503,21	2.402,65
População	3.086,00	3.110,00	3.134,00	3.158,00	3.182,00

Fonte: IBGE (2010)

O comportamento do PIB foi bastante dinâmico se levado em consideração o percentual de crescimento em termos absolutos. De 2002 para 2006 o PIB (b+c+d+e) cresceu aproximadamente 70%, o que daria um crescimento em média simples anual 11,66%, conforme quadro 1. Esse crescimento é evidenciado pela dinâmica do PIB *per capita* do município de João Costa que apresentou, conforme o gráfico 1 o seguinte comportamento:

**Gráfico 1:** Pib *per capita* João Costa de 2002 a 2006

Fonte: IBGE (2010).

O gráfico 1 observa a dinâmica do PIB *per capita* no contexto da cidade de João Costa, denotando que do ano de 2002 a 2005 cresceu a taxas crescentes, e, sendo que de 2005 para 2006 houve uma pequena desaceleração. Analisando, entretanto, o período como um todo se observa um crescimento a média simples e sem correção por índice inflacionário de 64% do PIB *per capita* de 2002 para 2006, dando uma média simples de crescimento anual dessa variável de 12,8%.

O quadro 2 a seguir mostra os respectivos percentuais relativos ao crescimento do PIB *per capita* do município de João Costa.

**Quadro 2:** Percentual do Comportamento do PIB *per capita* de 2002 a 2006 – João Costa

Em Percentual	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
PIB per capita	23,21	12,66	22,62	-4,02

Fonte: IBGE (2010).

Observa-se que as taxas do PIB *per capita* do período, conforme o quadro 2, são bastante expressivas, denotando uma desaceleração apenas no último ano em análise que apresenta sinal negativo de - 4,02.

O município de São João do Piauí apresentou, conforme o quadro 3 o seguinte comportamento do seu PIB.

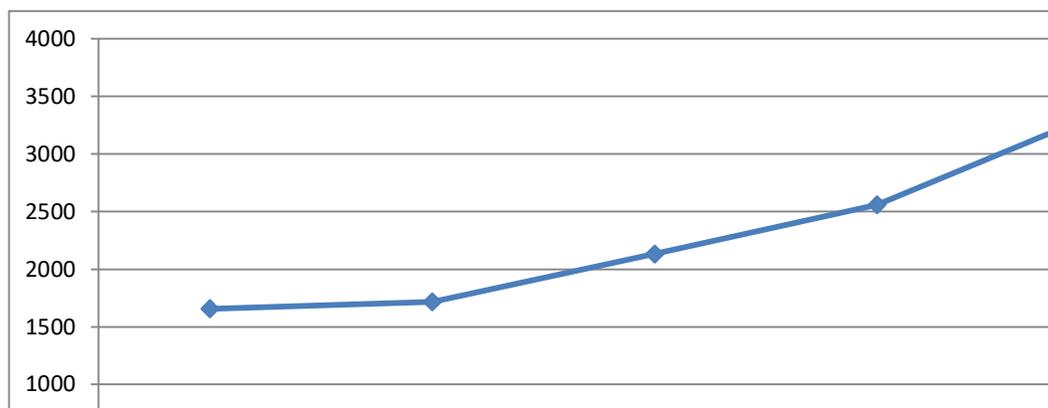
**Quadro 3:** PIB de São João do Piauí de 2002 a 2006

Em Reais (R\$)		2002	2003	2004	2005	2006
<b>A. PIB (b+c+d+e)</b>		30.104,40	31.552,31	39.610,55	48.036,69	63.740,13
b. Agropecuária		2.900,74	3.412,33	3.634,48	4.781,14	3.835,14
c. Indústria		2.166,34	2.366,27	3.757,66	4.265,96	5.297,09
d. Impostos		1.832,81	1.726,52	3.708,87	3.793,18	8.255,11
e. Serviços (+f)		23.204,52	24.047,19	28.509,54	35.196,41	46.352,79
f. Administração Pública		10.877,56	12.435,08	12.987,79	17.197,31	18.966,38
g. PIB <i>per capita</i>		1.656,45	1.717,32	2.132,93	2.559,23	3.360,40
População		18.174,00	18.373,00	18.571,00	18.770,00	18.968,00

Fonte: IBGE (2010).

Em termos percentuais o PIB de São João do Piauí, conforme quadro 3, apresentou uma dinâmica diferenciada do PIB de João Costa. O percentual de crescimento do PIB de São João do Piauí foi de 112% se comparado com o ano de 2002 e 2006, o que daria uma média simples anual de crescimento para esse município de 22,4%, portanto, bem superior à média de crescimento anual do PIB de João Costa que foi de 11,66%.

Quando se verifica, no entanto, o comportamento do PIB *per capita* tem-se o seguinte resultado para São João do Piauí, ver gráfico 2.

**Gráfico 2** – PIB per capita São João do Piauí 2002 a 2006

Fonte: IBGE (2010).

O gráfico 2 observa que o PIB *per capita* de São João do Piauí cresceu a taxas crescentes. De 2002 para 2006 o percentual simples de crescimento foi de 103% o que daria uma média anual de crescimento para esse município de 21%, portanto, apresentando um valor superior ao município de João Costa que demonstrou uma taxa de crescimento do PIB

*per capita* no mesmo período de 64% e média simples de crescimento de 12,8%. O quadro 4 observa os índices.

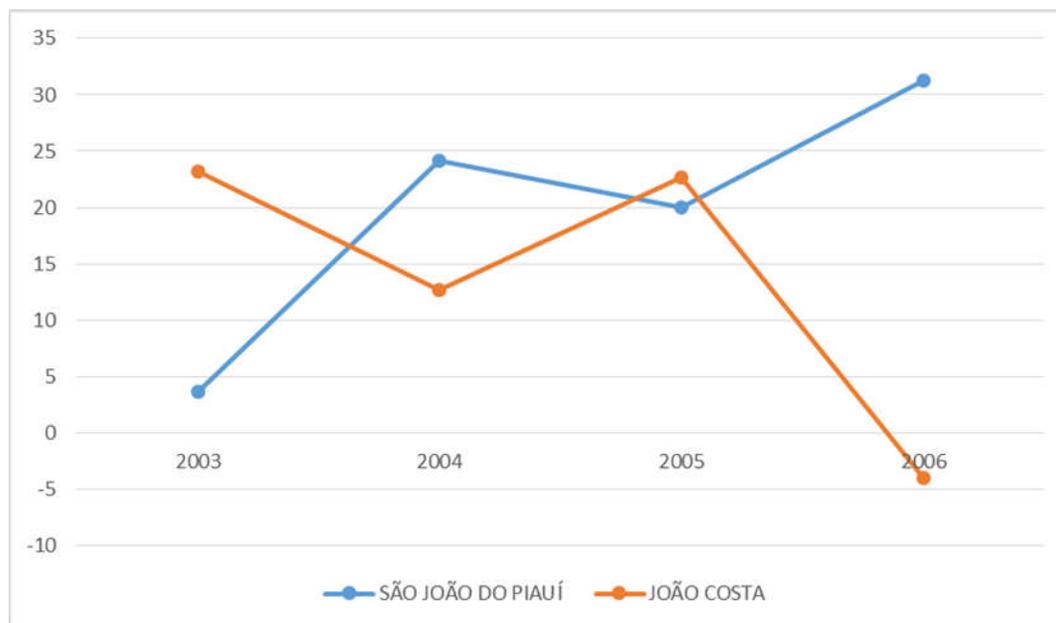
**Quadro 4:** Percentual do Comportamento do PIB *per capita* de 2002 a 2006 – São João do Piauí

Em Percentual	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
PIB per capita	3,67	24,20	19,99	31,31

Fonte: IBGE (2010).

O gráfico 3 apresenta o comparativo entre o PIB per capita de João Costa e do município de São João do Piauí.

**Gráfico 3** – Comparativo do PIB per capita de São João do Piauí e o município de João Costa (período de 2003 a 2006)



Fonte: IBGE (2010).

Vários motivos funcionam como variáveis supostamente explicativas para essa discrepância. O município de São João do Piauí já apresenta um setor agrícola e comercial bastante consolidado, servindo de atrativo econômico para os municípios vizinhos. Nesse caso não é inteligente comparar a dinâmica econômica de um município de 20 mil habitantes e já mais consolidado economicamente, com um município como João Costa em processo de estruturação e de características econômicas bem distintas.

O município de João Costa apresentava uma massa falida significativa, anterior a sua emancipação. A herança de pobreza e falta de qualquer tipo de estrutura é uma das variáveis endógenas que coadunam provavelmente com a menor dinâmica do PIB em relação ao seu antigo município sede.

### **2.3 Os Recursos Públicos Pós Emancipação: Comparativo entre João Costa e o Município Sede São João do Piauí**

O atual município de João Costa foi desagregado do município de São João do Piauí. Por esse motivo estrutura-se uma comparação entre os entes com a finalidade de observar o resultado dessa emancipação para a questão dos recursos públicos e seu respectivo gasto. Nesse caso tem-se o intuito de perceber a lógica da emancipação pela perspectiva dos recursos públicos, se há uma atenção maior para o município de João Costa em relação a essa variável ou se ainda seria vantajoso continuar a pertencer ao município de São João do Piauí.

Os dados dispostos nesse estudo foram obtidos no Portal do Tesouro Nacional<sup>2</sup>. As demonstrações disponíveis no site estão escrituradas a partir do ano de 1996, portanto, consolidadas na conjuntura pós-emancipação política do município de João Costa.

Nesse contexto adota-se como dialética ou instrumental analítico para perceber a importância da emancipação para o município de João Costa a comparação entre as transferências constitucionais distadas em doze anos respectivamente. Essa variável foi escolhida por ser a principal composição do orçamento público, já que os municípios apresentam elevada dependência econômica e financeira dos entes Estadual e Federal, conforme se vê na alínea “f” do quadro 1 e do quadro 3, demonstrando a participação dos gastos públicos na composição dos PIB dos municípios de João Costa e São João do Piauí, respectivamente.

Nesse sentido não se despreza, no entanto, as outras fontes de receitas como os recursos próprios e as receitas oriundas de convênios, contudo, por uma questão de simplificação e plausibilidade adota-se apenas a variável “transferências constitucionais”. Diante dessa perspectiva considera - se também o Fundo de Participação Estadual (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Produtos Industrializados Exportação (IPI-EXP), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Complementação da União e os recursos provenientes da Lei Complementar n.º 87.

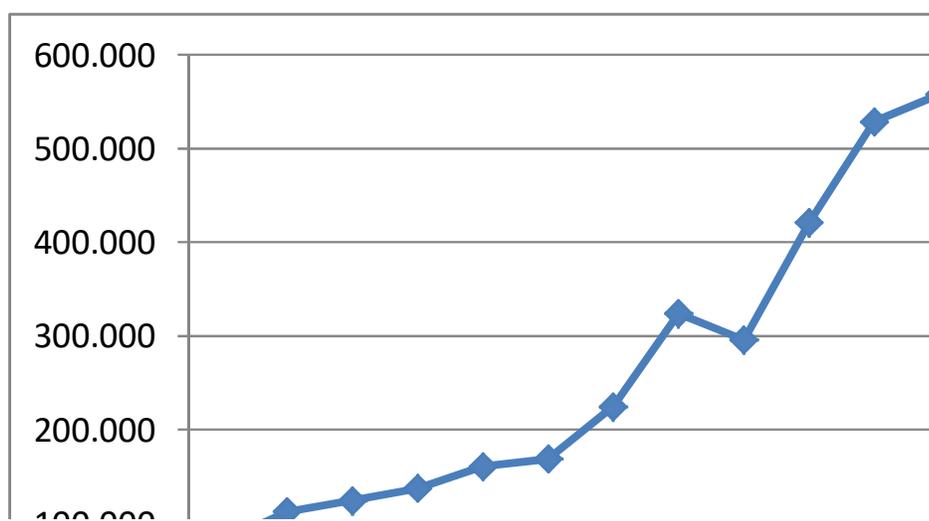
---

<sup>2</sup> (Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)>). Acessado em 15 de maio de 2010.

O primeiro a ser verificado é o ano de 1998, pois os dados referentes às transferências constitucionais do município de João Costa já se encontravam oficialmente desagregados do município de São João do Piauí, sendo verificado, nesse caso, portanto, o mês de dezembro. O último ano é o de 2009, também no mês dezembro. A avaliação desse período é tentar perceber em termos descritivos e relativos o crescimento dos recursos públicos no contexto próximo a emancipação de João Costa, nesse caso o ano de 1988, e na conjuntura mais distante da emancipação política do município de São João do Piauí, referente ao ano de 2009.

O gráfico 4 a seguir mostra os valores em reais referentes ao município de João Costa relativo às transferências constitucionais de 1998 a 2009<sup>3</sup>

**Gráfico 4:** Transferências Constitucionais de 1998 a 2009 do Município de João Costa - Piauí



Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

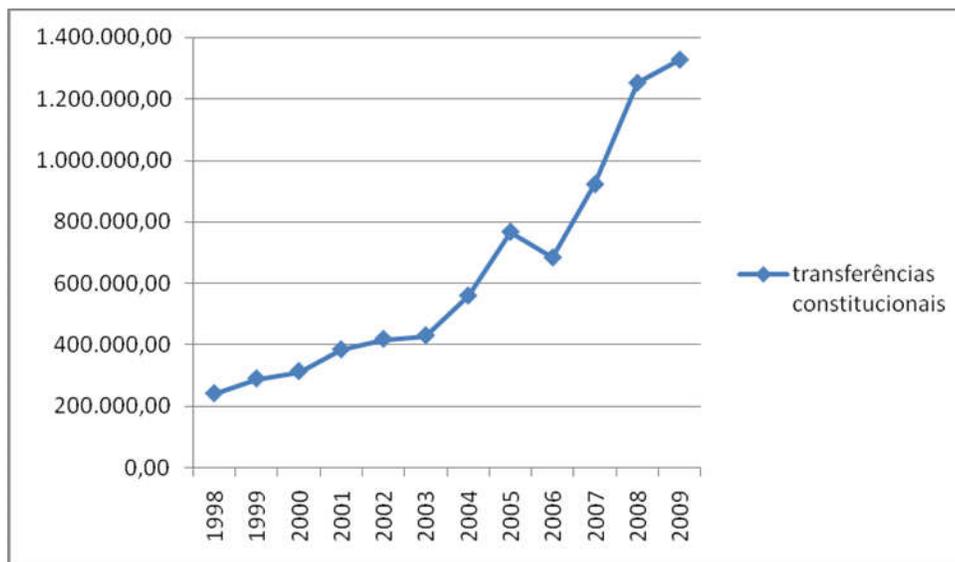
Conforme o gráfico 4 em termos descritivos verifica um crescimento bastante acentuado dos recursos para o município de João Costa entre os anos de 1998 a 2009. Nesse caso verifica-se um percentual de crescimento em termos absolutos dos recursos em torno de 600%, se comparado o mês de dezembro de 1998 com o mesmo mês do ano de 2009.

Nesse sentido sugere-se como explicação para esse crescimento a necessidade de investimento público em obras de estruturação, demandando, portanto, elevados investimentos municipais ao longo do período avaliado.

Para o município de São João do Piauí o comportamento das transferências está disposto no gráfico 2, também considerando o período de 1998 a 2009<sup>4</sup> a seguir:

<sup>3</sup> Incluem-se nessas transferências as seguintes contas: FPM; ITR; IOF; CIDE; FEX; ICMS LC 87/96; ICMS LC 87/96-1579; FUNDEF; FUNDEB.

**Gráfico 5:** Transferências Constitucionais de 1998 a 2009 do Município de São João do Piauí - Piauí



**Fonte:** Tesouro Nacional, 2010.

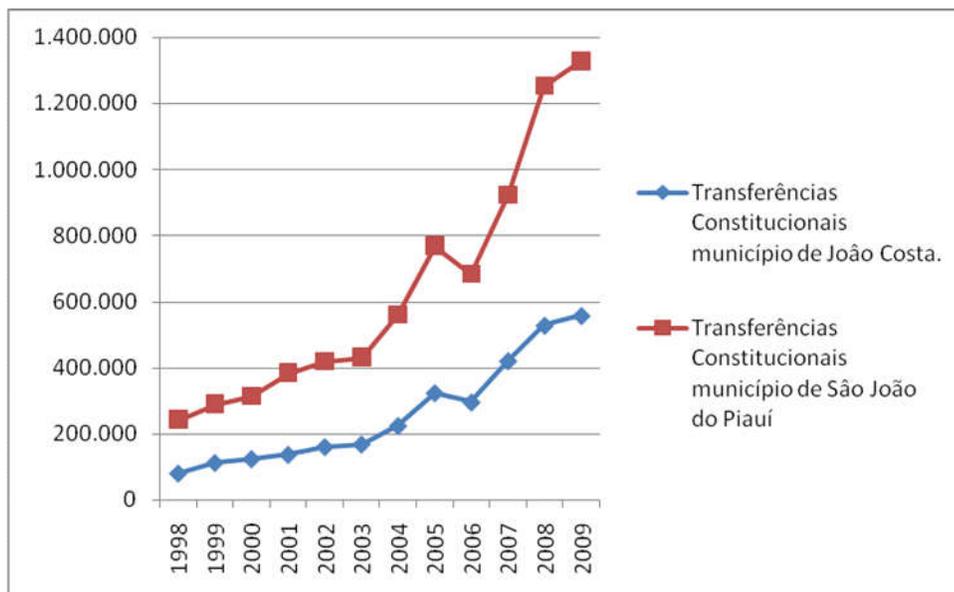
O comportamento do gráfico 5 se assemelha ao gráfico 4, no entanto, a quantidade de recursos em termos percentuais, considerando os valores absolutos e sem correção por um índice de inflação, comparando o mesmo período foi de 450%, nesse caso representando um valor inferior em termos percentuais ao município de João Costa que foi de aproximadamente 600%.

O gráfico 6 observa o comparativo entre o crescimento no repasse das transferências constitucionais para o município de João Costa e São João do Piauí, no período de 1998 a 2009, considerando as mesmas receitas.

---

<sup>4</sup>Incluem-se nessas transferências as seguintes contas: FPM; ITR; IOF; CIDE; FEX; ICMS LC 87/96; ICMS LC 87/96-1579; FUNDEF; FUNDEB.

**Gráfico 6:** Comparativo do comportamento das transferências constitucionais dos municípios de João Costa e São João do Piauí, 1998 a 2009.



Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

Conforme o gráfico 6 apesar dos valores absolutos do município de São João do Piauí serem maiores que do município de João Costa, em termos relativos à receita do segundo município cresceu mais, se comparando o período. O município de São João do Piauí apresenta uma população de 20 mil habitantes, portanto, bem maior que a população de João Costa com 3.3 mil habitantes.

Para verificar se foi oportuno para o Município de João Costa sua emancipação política compara-se os recursos disponibilizados *per capitamente*. Nesse contexto, por exemplo, se pegarmos a última transferência aqui descrita (dezembro de 2009) dos dois municípios e dividirmos pela totalidade da população encontrarão os seguintes números. Para o município de João Costa o resultado é de 185.05 reais por habitante, já para o município de São João do Piauí o resultado é 66.36 reais por habitante, portanto, inferior ao do município de João Costa, apresentando em termos percentuais uma diferença de transferência constitucional *per capita* de aproximadamente 180%.

Evidente que o que vai determinar a relação desenvolvimento econômico com o recurso não é seu valor absoluto maior, mas a forma como esse recurso foi aplicado, verificando sua maximização, racionalização, eficiência, eficácia e economicidade, por exemplo. Nesse contexto observa-se na próxima seção o resultado da aplicação dos gastos

públicos no município de João Costa e sua relação com variáveis relacionadas à saúde, educação, IDH dentre outras configuradas na questão do desenvolvimento econômico.

#### **2.4 Análise do Desempenho dos Gastos Públicos no Município de João Costa**

Segundo dados da Prefeitura de João Costa (2010), antes de sua emancipação política a infraestrutura urbana se encontrava totalmente dependente da rede de serviço na sede municipal de São João do Piauí. Nesse caso não poderia ser de outra forma, já que João Costa era apenas um povoado desse município. Antes de sua emancipação, conforme dados da Secretaria de Assistência Social do município de João Costa (2010) a população do antigo povoado vivia de forma extremamente precária, dado que seu índice de Desenvolvimento Humano – IDH era bastante precarizado (0,151).

A região era marcada pela falta de saneamento, fossas sépticas, pavimentação, escolas, postos de saúde e hospitais, falta de incentivos ao trabalho agrícola, políticas de assistência social, lazer, esporte e cultura. Na realidade por ser um povoado os dados sobre a condição do atual município de João Costa referente a esses aspectos são pouco confiáveis, contudo, segundo relato da Secretaria de Assistência Social a conjuntura do município nesse sentido era caótica.

Conforme dados distados no IBGE (2010) sobre a atual infra-estrutura urbana do município de João Costa, percebe-se uma melhora significativa no aparelho urbano constituído pelo poder público municipal. Nesse caso em relação às questões econômicas o município apresenta a seguinte situação descrita no quadro 4 abaixo:

**Quadro 4** - Situação da Economia do município de João Costa

<b>Produto Interno Bruto dos Municípios 2007</b>	
Valor adicionado bruto da agropecuária	1.655 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria	647 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços	6.220 mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	187 mil reais
PIB a preços correntes	8.708 mil reais
PIB per capita	2.722 reais

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme o quadro 4 verifica-se que o município apresenta uma pobreza relativamente alta, mesmo após sua emancipação, e ainda com o crescimento dos recursos. Se comparada com a renda *per capita* da capital do Estado Teresina que é de R\$ 4.553, e ainda com capitais com renda per capita mais elevada como exemplo Vitória no Espírito Santo que é de R\$ 26.534, o PIB per capita do município é de 2.722 reais é bastante inferior, denotando a situação de pobreza da região. Nesse sentido percebe-se a ausência de eixos dinâmicos na economia local, denotando a dependência do investimento público em todas as suas esferas.

Contudo, apesar da deficiência no aspecto econômico o município de João Costa apresentou importantes melhorias no contexto da infra-estrutura. Conforme o IBGE (2010) o quadro 5 observar alguns dados relevantes.

**Quadro 5 - Serviços de Saúde 2005**

Estabelecimentos de Saúde total	2	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde SUS	2	Estabelecimentos
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde total	0	Leitos
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público total	0	Leitos
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde privado total	0	Leitos
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde privado SUS	0	Leito

**Fonte:** IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. **NOTA:** Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

Segundo o quadro 5 os dados apresentados pelo IBGE(2006) mostram a presença de dois estabelecimentos de saúde, neste caso prestam serviços na parte ambulatorial. Ainda se verifica no âmbito da saúde a necessidade de avanços, como por exemplo, leitos para internação. Os habitantes do município quando precisam de serviços de saúde mais complexos demandam atendimento em municípios maiores, como o antigo município sede de São João do Piauí.

No entanto, mesmo que de modo incipiente, já se percebe um avanço importante nesse setor, já que anterior à emancipação política não havia nenhum estabelecimento de saúde no município, e de maneira contundente a ausência de profissionais do setor para atender à população. Atualmente o quadro funcional dos estabelecimentos de saúde de João Costa se encontra da seguinte forma, conforme quadro 6 a seguir:

<b>Quadro 6: Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas</b>					
<b>Dez/2009</b>					
<b>Categoria</b>	<b>Total</b>	<b>Atende ao SUS</b>	<b>Não atende ao SUS</b>	<b>Prof/1.000 hab</b>	<b>Prof SUS/1.000 hab</b>
Médicos	1	1	-	0.3	0.3
Anestesiista	-	-	-	-	-
Cirurgião Geral	-	-	-	-	-
Clínico Geral	-	-	-	-	-
Gineco Obstetra	-	-	-	-	-
Médico de Família	1	1	-	0.3	0.3
Pediatra	-	-	-	-	-
Psiquiatra	-	-	-	-	-
Radiologista	-	-	-	-	-
Cirurgião dentista	1	1	-	0.3	0.3
Enfermeiro	1	1	-	0.3	0.3
Fisioterapeuta	-	-	-	-	-
Fonoaudiólogo	-	-	-	-	-
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	-	-	-	-	-
Assistente social	-	-	-	-	-
Psicólogo	-	-	-	-	-
Auxiliar de Enfermagem	3	3	-	0.9	0.9
Técnico de Enfermagem	2	2	-	0.6	0.6

**Fonte:** Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

**Nota:** Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

Conforme o quadro 6 observa-se um avanço importante nesse contexto. O povoado que anteriormente a sua emancipação não apresentava nenhum profissional da área de saúde, atualmente conta com a atenção básica de saúde, denotando o investimento público no setor.

Com relação à educação existe uma cobertura importante. Segundo a Secretaria de Educação Municipal o número de crianças matriculadas é elevado, principalmente com a introdução do bolsa família que recomenda a matrícula das crianças e a respectiva frequência para receber o benefício. Nesse contexto quase 100% das crianças em idade escolar estão matriculadas. Os dados dispostos pelo INEP(2008) observam a infraestrutura de recursos humanos e quantidade de indivíduos matriculados nos níveis de ensino prestado no município, ver quadro 7:

**Quadro 7:** Estrutura da Educação:

Matrícula - Ensino fundamental - 2008 (1)	634 Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2008 (1)	634 Matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2008 (1)	124 Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual - 2008 (1)	124 Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - 2008 (1)	140 Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2008 (1)	140 Matrículas
Docentes - Ensino fundamental - 2008 (1)	42 Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2008 (1)	42 Docentes
Docentes - Ensino médio - 2008 (1)	7 Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual - 2008 (1)	7 Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2008 (1)	8 Docentes
Escolas - Ensino fundamental - 2008 (1)	10 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2008 (1)	10 Escolas
Escolas - Ensino médio - 2008 (1)	1 Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2008 (1)	1 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - 2008 (1)	10 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2008 (1)	10 Escolas

(1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008; (2) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo da Educação Superior 2007; NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Conforme o quadro 7 verifica-se que na área educacional houve avanços importantes, tanto no número de estabelecimentos, como no tocante ao número de crianças matriculadas. Anterior ao processo de emancipação política o povoado apresentava apenas um estabelecimento escolar (conforme relato da Secretaria de Educação, ano 2010), agregando conjuntamente alunos do ensino fundamental menor, ou seja da 1ª a 4ª séries. Nesse caso com a emancipação o município trouxe o recurso de investimento próprio na educação, neste

sentido passa a atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, agregando nesse caso qualidade ao ensino.

Observa-se no quadro abaixo a evolução do número de matrículas e a demanda por modalidades de ensino antes não contempladas no município como Ensino Fundamental maior (5ª a 8ª séries), Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e adultos.

#### **Quadro 8 – Alunos Matriculados**

<b>Ano</b>	<b>Educação infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ens. Fund.(menor)</b>	<b>Ens. Fund.(maior)</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>EJA</b>	<b>TOTAL</b>
1998		<b>1014</b>					<b>1014</b>
1999	44	<b>971</b>					<b>1015</b>
2000	106	<b>946</b>	725	221		82	<b>1134</b>
2001	92	<b>1038</b>	645	393		76	<b>1206</b>
2002	116	<b>986</b>	566	420		208	<b>1310</b>
2003	117	<b>965</b>	508	457		438	<b>1520</b>
2004	115	<b>917</b>	451	466		280	<b>1312</b>
2005	118	<b>837</b>	414	423	140	218	<b>1313</b>
2006	126	<b>741</b>	365	376	151	85	<b>1103</b>
2007	158	<b>669</b>	345	324	173		<b>1000</b>
2008	140	<b>634</b>	321	313	124	112	<b>1010</b>
2009	136	<b>580</b>	297	283	159	103	<b>978</b>
2010	120	<b>523</b>	321	202	174	127	<b>944</b>

Fonte: INEP

De acordo com o Quadro 8 ocorre uma diminuição do número de matrículas no ensino fundamental no período compreendido entre os anos de 1998 a 2010 ao tempo em que se observa o deslocamento de matriculados para outras modalidades de ensino (ensino médio e EJA-educação de jovens e adultos), advindos com a emancipação do município.

No que diz respeito aos dados infra-estruturais até o ano de 2000 a situação do município, segundo pesquisa do IBGE encontravam-se da forma seguinte, ver quadros 9

**Quadro 9:** Abastecimento de água em João Costa:

<b>Ano Referência 2000</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Moradores</b>
Total	652	3.015
Rede geral (a) <input checked="" type="checkbox"/>	84	377
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	27	116
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	57	261
Poço ou nascente (na propriedade) (b) <input checked="" type="checkbox"/>	330	1.533
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	8	29
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	5	19
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	317	1.485
Outra forma (c) <input type="checkbox"/>	238	1.100
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	1	4
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	1	5
Outra forma - não canalizada	236	1.091

Fonte: IBGE (2010).

Conforme o quadro 9 em percentuais o quadro lilás mostra que 12,88% estão ligados à rede geral, o quadro azul informa que 50,61% dos domicílios se abastecem em poço ou nascentes e 36,50% outra forma representa o quadro cinza. Essa situação trazia para o município vários problemas de saúde pública gerados pelas patologias de contaminação hídrica. Segundo dados da Secretaria de Obras do município de João Costa esta realidade antes da emancipação ainda era mais precária. A partir de 2002 a Prefeitura em parceria com os governos Estadual e Federal alavancou investimentos nesse setor introduzindo água tratada ou encanada para 80% da população municipal, isso já no ano de 2008.

Observando dados os dados prestados pelo Departamento de Serviços Públicos do município o sistema de abastecimento de água em 2009 apresenta-se da seguinte forma:

**Quadro 10 – Distribuição dos domicílios segundo as formas de abastecimento d'água 2010**

FORMAS DE ABASTECIMENTO	Domicílios Atendidos	%
Rede geral da distribuidora	423	51,90
Poço ou Nascente	228	27,98
Outra*	164	20,12
Total	815	100,00

- Alguns domicílios são dotados de cisternas construídas pelo poder público.

Fonte: Departamento de serviços/Prefeitura Municipal de João Costa – 2010.

No que se refere às questões sanitárias a situação do município era alarmante. Cerca de 93,1% da população não apresentava instalação sanitária, tornando-se nesse caso um problema de saúde pública, dado a quantidade de doenças associadas à falta de saneamento. Atualmente esse dado se inverteu dado que o programa de implantação de fossas sépticas e esgotamento sanitário permitiram tanto a população urbana, como a população da zona rural acesso ao saneamento. Segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, em seu caderno de Informações de Saúde cerca de 60% da população tem acesso à instalação sanitária, tendo como ano de referência 2008.

**Quadro 11: Quantidade de banheiros por domicílio**

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	652	3.010
1 banheiro (a) 	44	192
2 banheiros (b) 	--	--
3 banheiros (c) 	1	5
4 banheiros (d) 	--	--
5 banheiros (e) 	--	--
Não tinham (f) 	607	2.813

Fonte: IBGE (2010).

Verifica-se que da emancipação política até o ano de 2000, não se observou avanços importantes nessa variável. Conforme o quadro 10 até o ano de 2000 a situação de infraestrutura no quesito fossa séptica era bastante precária.

**Quadro 12 - distribuição dos domicílios segundo a existência de banheiro – 2010.**

EXISTÊNCIA DE BANHEIRO	DOMICÍLIOS ATENDIDOS
Disponham	502
Não dispunham	313
Total	815

Fonte: IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico – 2010

Dados recentes do IBGE (2010), entretanto, observam que 61% dos 815 domicílios recenseados apresentam banheiro e 39% não foi detectado a existência dos mesmos. Se comparados os dados de 2000, nesse aspecto, com os dados de 2010, ocorreu um avanço importante nesse setor.

No decorrer da análise observa-se um dado bastante expressivo, no que se refere aos avanços na qualidade de vida dos habitantes do município de João Costa que é o IDH que representa variáveis como Educação, renda e expectativa de vida. Esse índice tem variação de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais desenvolvida é a região e quanto mais próximo de zero menos desenvolvida é a região. Nesse sentido o quadro 13 a seguir observa o desempenho desse índice em ambos os municípios.

**Quadro 13 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios de João Costa e São João do Piauí anos de 1991, 2000 e 2010.**

Município	1991	2000	2010
João Costa	0,151	0,311	0,561
São João do Piauí	0,345	0,451	0,645

Fonte: Atlas Brasil 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Avaliando o desempenho do IDH do quadro 13 verifica-se que as condições de desenvolvimento do município de São João do Piauí são melhores, apresentando um IDH em todos os períodos dispostos, superior ao do município de João Costa.

Entretanto, avaliando o desempenho do IDH, de ambos os municípios a dinâmica de João Costa apresenta o seguinte percentual de crescimento.

Do ano de 1991 para 2000 o IDH deste município sofreu incremento de 106%, do ano 2000 para o ano de 2010 houve uma ampliação do IDH em torno de 80%. Se comparado o ano de 1991 com o ano de 2010 houve um avanço no IDH em torno de 271%.

No que se refere ao município de São João do Piauí ocorreu um incremento no IDH de 1991 para o ano de 2000 em torno de 30%, do ano 2000 para o ano de 2010 o IDH ampliou em torno de 43%. Se comparado o ano de 1991 com o ano de 2010 o IDH sofreu incremento em torno de 87% para esse mesmo município.

Algumas conclusões podem ser estruturadas a partir desses dados descritivos, referentes ao IDH. No que tange ao município de João Costa por apresentar estrutura em todos os segmentos econômicos e sociais mais precárias, seu IDH também se mostra próximo de 0 acusando, portanto, fortes índices de pobreza e subdesenvolvimento, diferente do seu antigo município sede, que possui melhor estrutura e advém de um cenário mais sofisticado com relação às questões sociais, entretanto, em detrimento da falta de gastos públicos nos distritos outrora representados, a exemplo de João Costa.

O município de São João do Piauí apresenta um IDH mais distante de 0, portanto, alcançando uma condição superior, no que se refere ao desenvolvimento econômico, que o município de João Costa.

Entretanto, ao se verificar o desempenho do IDH em ambos os cenários observa-se que ocorreu um incremento maior no município do João Costa, resultado provável das ações dos gastos públicos na efetivação de investimentos relacionados com as variáveis que compõem o IDH (escolaridade, renda e expectativa de vida). No município de João Costa o IDH apresentou um incremento de 1991 para o ano de 2010 em torno de 271%. O município de São João do Piauí representou um incremento no IDH, contudo, com uma dinâmica menor que o município de João Costa em torno de 87% para o mesmo período.

Verificando os dados quantitativos per capita e a avaliação dos gastos públicos e o próprio IDH sugere-se, portanto, que a emancipação política para o município foi vantajosa dados às dinâmicas oriundas dos gastos públicos. Contudo, por se tratar de um estudo de caso, isso não significa que a emancipação política de uma região seja o mecanismo resolutivo de suas demandas econômicas e sociais. Entretanto, para o município *in locu* tal ação representou quantitativa e qualitativamente para sua população. Esse resultado provavelmente não teria se consolidado caso esse município ocorresse ainda como distrito de São João do Piauí.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em regiões pobres a presença do Estado é fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico. O municipalismo é uma tentativa de aproximação dos investimentos públicos em prol da sociedade.

Localidades afastadas dos centros urbanos geralmente ficam a mercê de condições sócio econômicas desumanas, principalmente se o gestor municipal não efetuar uma distribuição dos investimento de modo equitativo. O municipalismo prima pelo discurso dessa lógica. A emancipação política parece uma variável importante na promoção do desenvolvimento. Desagregar politicamente contribui para uma alocação dos recursos de modo mais sofisticado.

E evidente, também, que apenas a emancipação política não é o principal mecanismo para intervenção nas problemáticas sociais, mas sim a forma como os recursos vão ser aplicados.

No município estudado, apesar da precariedade de dados confiáveis, pré emancipação política, verifica-se que houve melhorias significativas na qualidade de vida da população, apesar de ainda se observar uma situação de pobreza e miséria em segmentos dessa sociedade, como chama a atenção do IDH, ainda pouco expressivo para o desenvolvimento. Contudo, é indiscutível que a emancipação política do atual município de João Costa do município de São João do Piauí trouxe benefícios importantes para a sociedade local.

Nesse caso variáveis como educação, saúde, IDH e saneamento básico foram promovidas, graças à desagregação dos recursos públicos contemplados com a emancipação política.

No decorrer dos anos de 1998 a 2009 percebe-se uma evolução crescente dos recursos, resultado provável das também crescentes demandas dos investimentos públicos. O município de João Costa apresentou uma dinâmica diferenciada de seu antigo município sede, pelo menos em termos percentuais, em relação às transferências constitucionais e o respectivo repasse.

No entanto, é fundamental trazer para a discussão que a emancipação política não é o instrumento central da linha de desenvolvimento de um país, mas um mecanismo facilitador, já que os determinantes de combate às mazelas sociais se encontram em outra seara, como na eficiência das políticas públicas desenvolvidas pelos gestores. E nesse caso não deveria apresentar relação com a extensão territorial ou ainda pelo contingente populacional de uma

região. Instrumentos como planejamento e organização devem preconizar qualquer ação pública, seja de grandes ou pequenos municípios.

## REFERÊNCIAS

A CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS E SEU IMPACTO NA QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO. MARIA CONCEIÇÃO BARLETTA SCUSSEL. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10573/6210>> Acesso em 20 de mai. de 2010.

BECKER, Roberto A. **Análise de Íviortaidade** - deiineamentos básicos. Brasília: Ministério da Saúde/ Fundação Nacional de Saúde, 1991.

BIASOTO Jr., Geraldo, AFONSO, Jose Roberto. **Investimento público no Brasil: propostas para desatar o nó** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002007000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002007000100001&script=sci_arttext)> Acesso em 15 de maio de 2010.

BRASIL, Assistência Médica Sanitária 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 4 de mai. de 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008;

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo da Educação Superior 2007.

BRASIL. Tesouro Nacional. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/municipios.asp?UF=PI&ANO=%&MES=%&UNDOS= TODOS&ORMATO=TELA](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp?UF=PI&ANO=%&MES=%&UNDOS= TODOS&ORMATO=TELA)> Acesso em 15 de maio de 2010.

BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

BREIVIAEKER, Francois E. J. de. **Os novos municípios brasiiheiros instaiados entre 1980 e 1990**. Rio de Janeiro: IBAM, 1991.

CARRION, Otilia B. Kroeff. **Descentralização e democratização do poder local**. In: PANIZZI, W.; ROVATTI, J. (org.). Estudos Urbanos - Porto Alegre e seu Planejamento. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO. Disponível em: <[www.cepro.pi.gov.br](http://www.cepro.pi.gov.br)>. Acesso 18 jan. 2014.

COING, Henri. **Serviços urbanos: velho ou novo tema? Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, n.23, p.86-95, 1988.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano**. Espaço e Debates. São Paulo: NERU, n. 24, p. 26-39, 1988.

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município, algumas considerações. **Revista Geográfica**. México/D.F: Instituto Panamericano de Geografía y Historia, n. 115, enero-junio 1992.

DESMEMBRAMENTO DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <[http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1902&Itemid=178](http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1902&Itemid=178)> Acesso em 14 de mai. de 2010.

FARIA, Vllmar E. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. **Estudos CEBRAP**. São Paulo: n.18, p. 91-115,1978.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried E. Heuser. **Aspectos socioeconômicos dos municípios do RS - 1984/85**. Porto Alegre: 1986.

HESSEL, José R. Criação de Municípios no RS. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976, **Dissertação** (Mestrado, mimeo).

IBGE. Indicadores Sociais - uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro: 1995.

JACOMINE, P.K.T. et al.. **Levantamento exploratório** – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE -DRN. 1986.

MAGALHÃES. João Carlos. **Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil**. Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1\\_30.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_30.pdf)>. Acessado em 2 de janeiro de 2014.

MELLO, Diogo Lordello de. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: IBAM, v. 39,n. 203,p. 23-28, abr/jun 1992.

MELO, Marcus C. **Municipalismo, modernização e "nation-building" no Brasil**. Recife: UFPE, 1993.(mimeo).

MESQUITA, Zllá. **Emancipações no RS: alguns elementos para reflexão**. Indicadores Econômicos. Porto Alegre: FEE, 20(3), p. 169-184, 1992.

MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clóvis. **Alterações espaciais e territorialidades**. In: Metrópole - Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

PIAUI, Caderno de Atenção a Saúde. Município de João Costa (2010).

PIAUI, Secretaria Municipal de Infraestrutura/Departamentos de Serviços Públicos (2010).

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desarrollo humano: Informe 1992. Bogotá: 1992.

Revista de Economia Relações Internacionais. volume 6 / número 11/ julho 2007ISSN 1677-4973. Disponível em:

<[http://www.faap.br/revista\\_faap/rel\\_internacionais/pdf/revista\\_economia\\_11.pdf](http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_11.pdf)>.

Acessado em 2 de janeiro de 2014.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. **Emancipações no Rio Grande do Sul**: O processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano. Porto Alegre: PROPUR / UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado, mimeo).

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**, São Paulo: Companhia BEd. Nacional, 1974.

VIVIESCAS, Fernando. **Identidade municipal e cultura urbana**. Espaço e Debates. São Paulo: NERU, n. 24, p. 55-66, 1988.

# ANEXO

## ANEXO 1 – MUNICÍPIOS EMANCIPADOS ENTRE 1991 A 2000

COD.	EST. MUNIC. CRIADO	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
220027	Piauí Alegrete do Piauí	São Julião
220115	Piauí Baixa Grande do Ribeiro	Ribeiro Goncalves
220191	Piauí Bom Princípio do Piauí	Buriti dos Lopes Luís Correia Parnaíba
220192	Piauí Bonfim do Piauí	São Raimundo Nonato
220196	Piauí Brasileira	Piripiri
220202	Piauí Buriti dos Montes Castelo do Piauí	
220205	Piauí Cabeceiras do Piauí	Barras
220209	Piauí Caldeirão Grande do Piauí	Fronteiras
220225	Piauí Canavieira	Jerumenha
220273	Piauí Coivaras Altos	
220275	Piauí Colônia do Gurguéia	Eliseu Martins
220277	Piauí Colônia do Piauí	Oeiras
220285	Piauí Coronel José Dias	São Raimundo Nonato
220375	Piauí Fartura do Piauí	Dirceu Arcoverde
220515	Piauí Jacobina do Piauí	Paulistana
220525	Piauí Jardim do Mulato	Regeneração
220555	Piauí Lagoa Alegre União	Barras Miguel Alves
220556	Piauí Lagoa do Barro do Piauí	São João do Piauí
220595	Piauí Marcolândia	Padre Marco
220775	Piauí Passagem Franca do Piauí	Barro Duro Beneditinos Elesbão Veloso
220777	Piauí Patos do Piauí	Jaicós
220865	Piauí Queimada Nova	Paulistana
220915	Piauí Santa Cruz dos Milagres	Aroazes
220935	Piauí Santana do Piauí	Picos
220937	Piauí Santa Rosa do Piauí	Oeiras
220955	Piauí São Braz do Piauí	Anísio de Abreu São Raimundo Nonato
221005	Piauí São José do Divino	Piracuruca
221035	Piauí São Lourenço do Piauí	São Raimundo Nonato
221065	Piauí Sigefredo Pacheco	Campo Maior
221135	Piauí Várzea Branca	São Raimundo Nonato
220005	Piauí Acauã	Paulistana
220045	Piauí Alvorada do Gurguéia	Cristino Castro Manoel Emídio
220105	Piauí Assunção do Piauí	São Miguel do Tapuio
220117	Piauí Barra d'Alcântara	Elesbão Veloso Novo Oriente do Piauí Várzea Grande
220155	Piauí Bela Vista do Piauí	Simplício Mendes
220157	Piauí Belém do Piauí	Padre Marcos
220173	Piauí Betânia do Piauí	Paulistana
220177	Piauí Boa Hora	Barras
220194	Piauí Boqueirão do Piauí	Campo Maior
220198	Piauí Brejo do Piauí	Canto do Buriti
220207	Piauí Cajazeiras do Piauí	Oeiras Santa Rosa do Piauí
220208	Piauí Cajueiro da Praia	Luís Correia
220211	Piauí Campo Alegre do Fidalgo	Lagoa do Barro do Piauí São João do Piauí
220213	Piauí Campo Grande do Piauí	Jaicós
220217	Piauí Campo Largo do Piauí	Porto
220245	Piauí Capitão Gervásio de Oliveira	Dom Inocêncio São João do Piauí
220253	Piauí Caraúbas do Piauí	Buriti dos Lopes
220255	Piauí Caridade do Piauí	Simões
220265	Piauí Caxingó	Buriti dos Lopes
220271	Piauí Cocal de Telha	Campo Maior
220272	Piauí Cocal dos Alves	Cocal
220323	Piauí Currais Bom	Jesus
220325	Piauí Curralinhos	Monsenhor Gil Palmeirais Teresina
220327	Piauí Curral Novo do Piauí	Simões
220385	Piauí Floresta do Piauí	Santo Inácio do Piauí

220415 Piauí Francisco Macedo Padre Marcos  
220435 Piauí Geminiano Picos  
220455 Piauí Guaribas Caracol  
220465 Piauí Ilha Grande Parnaíba  
220527 Piauí Jatobá do Piauí Campo Maior  
220535 Piauí João Costa São João do Piauí  
220545 Piauí Joca Marques Luzilândia  
220551 Piauí Juazeiro do Piauí Castelo do Piauí  
220552 Piauí Júlio Borges Curimatá  
220553 Piauí Jurema Anísio de Abreu  
220553 Piauí Jurema Caracol  
220554 Piauí Lagoinha do Piauí Agricolândia Água Branca  
220557 Piauí Lagoa de São Francisco Pedro II Piripiri  
220558 Piauí Lagoa do Piauí Beneditinos Demerval Lobão  
220559 Piauí Lagoa do Sítio Pimenteiros Valença do Piauí  
220585 Piauí Madeiro Luzilândia  
220605 Piauí Massâpe do Piauí Jaicós  
220635 Piauí Milton Brandão Pedro II  
220665 Piauí Morro Cabeça no Tempo Avelino Lopes Curimatá  
220667 Piauí Morro do Chapéu do Piauí Esperantina Joaquim Pires  
220669 Piauí Murici dos Portelas Buriti dos Lopes Joaquim Pires  
220675 Piauí Nossa Senhora de Nazaré Campo Maior  
220695 Piauí Novo Santo Antônio Alto Longá  
220710 Piauí Olho d'Água do Piauí Água Branca Barro Duro Monsenhor Gil  
220735 Piauí Pajeú do Piauí Canto do Buriti  
220755 Piauí Paquetá Picos  
220785 Piauí Pavussu Rio Grande do Piauí  
220793 Piauí Pedro Laurentino São João do Piauí Socorro do Piauí  
220795 Piauí Petrônio Portela São João do Piauí  
220855 Piauí Porto Alegre do Piauí Antônio Almeida Guadalupe Marcos Parente  
220885 Piauí Riacho Frio Parnaguá  
220887 Piauí Ribeira do Piauí Canto do Buriti São João do Piauí Socorro do Piauí  
220945 Piauí Santo Antônio dos Milagres São Gonçalo do Piauí  
220965 Piauí São Francisco de Assis do Piauí Conceição do Canindé  
220975 Piauí São Gonçalo do Gurguéia Barreiras do Piauí Gilbués  
220987 Piauí São João da Fronteira Piracuruca  
220995 Piauí São João da Varjota Oeiras  
220997 Piauí São João do Arraial Luzilândia Matias Olímpio  
221037 Piauí São Luís do Piauí São João da Canabrava  
221038 Piauí São Miguel da Baixa Grande São Félix do Piauí  
221039 Piauí São Miguel do Fidalgo Paes Landim São José do Peixe  
221062 Piauí Sebastião Barros Corrente  
221063 Piauí Sebastião Leal Bertolândia Uruçuí  
221093 Piauí Sussuapara Picos  
221095 Piauí Tamboril do Piauí Canto do Buriti  
221097 Piauí Tanque do Piauí Arraial Oeiras Santa Rosa do Piauí  
221150 Piauí Vera Mendes Itainópolis  
221160 Piauí Vila Nova do Piauí Padre Marcos  
221170 Piauí Wall Ferraz Santa Cruz do Piauí